

Prefácio

A corrupção fere a todos nós. Leva a políticas públicas erradas, desperdiça recursos públicos e mina a confiança na capacidade dos governos de servir ao interesse público. Muitos indicadores de confiança mostram a complexidade desse problema. Por exemplo, o recente Barômetro de Confiança de Edelman revela que apenas 30% dos entrevistados concordam que o governo atende aos interesses de todos. Tais descobertas apontam problemas relacionados à corrupção e destacam uma falha crucial de governança que requer liderança proativa e decisiva dos governos. Confrontados com essa realidade, os países membros da OCDE estão respondendo com medidas e ferramentas para ajudar os governos a melhorar a integridade pública. Baseando-se nessas boas práticas, a OCDE adotou a *Recomendação sobre Integridade Pública*. Essa Recomendação estabelece um novo padrão para ajudar a prevenir a corrupção por meio de uma estratégia abrangente para a integridade pública com ênfase na implementação. A *Recomendação* também serve como um roteiro apoiado em treze princípios para fazer a mudança sustentável acontecer.

A mudança real, no entanto, requer indicações claras de como é a implementação na prática. O *Manual de Integridade Pública da OCDE* responde a essa necessidade fornecendo orientação a agentes públicos e profissionais de integridade, bem como a empresas, organizações da sociedade civil e indivíduos. O *Manual* explica os treze princípios da Recomendação e identifica os desafios à implementação.

Por exemplo, o *Manual* fornece orientação sobre como melhorar a cooperação entre entidades dentro do governo, bem como sobre compartilhamento e aprendizado entre os níveis nacional e subnacional. Ele versa sobre como construir culturas de integridade no governo e na sociedade, detalhando elementos essenciais como gestão de recursos humanos baseada no mérito. Também explica como a liderança ética, responsiva e confiável é crucial para culturas organizacionais abertas e esclarece o papel do governo em orientar empresas, sociedade civil e cidadãos quanto à defesa dos valores de integridade pública. Para melhorar a prestação de contas, o *Manual* revela como usar o processo de gerenciamento de risco para avaliar e gerenciar riscos para a integridade e descreve como usar o sistema de aplicação da lei para garantir a responsabilização real por violações de integridade. Além disso, também discute medidas para fortalecer o processo de formulação de políticas públicas, envolvendo todas as partes interessadas, gerenciando e prevenindo conflitos de interesse e garantindo integridade e transparência no lobby e no financiamento de partidos políticos e campanhas eleitorais.

O fortalecimento da integridade pública não é um objetivo em si - é o caminho para melhores políticas públicas. O *Manual de Integridade Pública da OCDE* nos ajudará a chegar lá.



Angel Gurría

Secretário-Geral da OCDE



From:
OECD Public Integrity Handbook

Access the complete publication at:

<https://doi.org/10.1787/ac8ed8e8-en>

Please cite this chapter as:

OECD (2022), "Prefácio", in *OECD Public Integrity Handbook*, OECD Publishing, Paris.

DOI: <https://doi.org/10.1787/025da668-pt>

This work is published under the responsibility of the Secretary-General of the OECD. The opinions expressed and arguments employed herein do not necessarily reflect the official views of OECD member countries.

This document, as well as any data and map included herein, are without prejudice to the status of or sovereignty over any territory, to the delimitation of international frontiers and boundaries and to the name of any territory, city or area. Extracts from publications may be subject to additional disclaimers, which are set out in the complete version of the publication, available at the link provided.

The use of this work, whether digital or print, is governed by the Terms and Conditions to be found at <http://www.oecd.org/termsandconditions>.